

Sumário Econômico



No cenário de incertezas quanto à economia, a confiança do empresário do comércio diminuiu 1,5% em março

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) caiu 1,5% em março. A queda repetiu o resultado de fevereiro. No corrente ano, foi a terceira taxa negativa, reforçando a preocupação empresarial com as condições da economia, que se apresentam, no momento, difíceis.

De acordo com a pesquisa nacional aplicada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), na série com ajuste sazonal, o Icec manteve, no mês de março, a tendência de queda observada desde o começo do ano, ressaltando que o índice repetiu o percentual de fevereiro. A diminuição de 1,5% deveu-se, sobretudo, à percepção de que as condições da economia não vêm sendo favoráveis para a atividade comercial.

Apesar de manter-se na zona superior a 100 pontos, refletindo relativa satisfação, o Icec bateu 103,6 pontos, correspondendo ao terceiro sinal negativo do ano e ao quarto resultado sucessivo, se considerar que, em

dezembro, também declinou (-0,5%). Apesar disso, as taxas de março e fevereiro foram menos intensas que a de janeiro (-2,2%).

No contexto das dificuldades de imunizar mais celeremente a população contra a Covid-19 até o momento, o desempenho do índice relacionou-se com os problemas enfrentados pelos empresários, como a implementação de medidas restritivas ao funcionamento dos estabelecimentos, junto às incertezas geradas pela situação sobre os negócios, além das perspectivas com o pagamento dos benefícios emergenciais.

Em março, os três componentes do Icec caíram, com destaque para o Índice de Condições Atuais do Empresário do Comércio (Icac) (-4,1%), que derrubou a média, enquanto os demais, Índice de Investimento do Empresário do Comércio (IIEC) (-0,9%) e Índice de Expectativas do Empresário do Comércio (IEEC) (-0,4%), variaram menos.

ÍNDICE	Mar./21	Variação mensal*	Variação anual
Condições Atuais do Empresário do Comércio	77,2	-4,1%	-32,3%
Economia	62,9	-4,8%	-42,6%
Setor	80,3	-3,8%	-27,8%
Empresa	88,4	-3,7%	-27,1%
Expectativas do Empresário do Comércio	142,2	-0,4%	-13,5%
Economia	135,4	-0,3%	-16,4%
Setor	143,3	-0,4%	-12,5%
Empresa	148,0	-0,6%	-11,6%
Investimento do Empresário do Comércio	91,5	-0,9%	-14,4%
Na contratação de funcionários	113,8	+0,1%	-8,1%
Na empresa	78,6	-2,3%	-24,1%
Em estoques	82,0	-1,0%	-12,0%
Icec	103,6	-1,5%	-19,3%

* Contra o mês anterior

► O Icec encolheu 5,1% nos três primeiros meses do ano. Segundo a série histórica, neste ano, a contração do indicador foi maior do que a registrada em 2012 (-3,3%), no mesmo período; entretanto, menor do que em 2014 (-7,6%) e 2015 (-14,2%), anos de forte redução do índice. Assim, comparativamente, a taxa acumulada do primeiro trimestre de 2021 constituiu-se na terceira menor desde 2011 para esse intervalo.

O desempenho trimestral do Icec, equiparado com igual período de outros anos, sinalizou um começo de ano em condições inóspitas para o desenvolvimento da atividade comercial, expressado pela diminuição da confiança em decorrência da evolução da conjuntura econômica.

Apesar de ainda posicionar-se no corte considerado otimista, o Icec estacionou em 103,6 pontos. Neste ponto, o índice ficou 19,3% abaixo de março de 2020. Esta base comparativa torna-se a referência inicial para depois começar a medir os efeitos da pandemia, que nesse mês completou aniversário de um ano.

Com 103,6 pontos, o Icec aproximou-se do patamar de outubro do ano passado, indicando que a confiança veio perdendo fôlego em 2021; à medida que a pandemia tem avançado, as medidas de combate vêm influenciando expectativas e acabam interferindo no desempenho das empresas.

Excetuando a região Sudeste (+0,9%), o Icec registrou queda nas demais. Regionalmente, a maior contribuição para o resultado de março aconteceu no Norte (-4,3%), fruto, muito provavelmente, da disseminação da crise da saúde local. Enquanto o Nordeste (-3,8%) foi a segunda área responsável pelo retraimento do Icec, o Centro-Oeste (-2,6%) também pesou, todavia, menos. Já a região Sul (-1,4%) teve participação menor.

A crise sanitária e econômica reproduz-se sobre as empresas de maneira diferenciada, impondo uma carga mais pesada sobre as de menor porte, aquelas que se expõem mais vulneráveis à conjuntura. Normalmente, os impactos da recessão revelam-se menos danosos para as médias e grandes do que sobre as micro e pequenas empresas (MPEs).

Nesse aspecto, entende-se por que o Icec apresentou menor patamar nas unidades produtivas que empregam até 50 funcionários (103,2 pontos) do que nas médias e grandes, aquelas empresas que

possuem em seus quadros mais de 50 empregados (125,6 pontos). Também se compreende por que no primeiro grupo (-1,6%) a confiança caiu, ao passo que o segundo grupo registrou aumento (+2,8%).

No contexto da vulnerabilidade das MPEs na economia brasileira, as condições da economia têm recaído com maior intensidade sobre as empresas de menor porte. Pelo menos, é o que mostra o patamar de 62,3 pontos para essas empresas, quase 30 pontos percentuais abaixo das médias e grandes.

Além disso, a taxa de -4,8% de variação mensal mostra o quanto pode estar sendo difícil o enfrentamento da crise, enquanto, para os empresários das médias e grandes, as condições em março melhoraram, refletindo-se na evolução do índice em 6,1%.

A decomposição do Icec por categoria de uso apontou a maior queda dos semiduráveis (-3,5%), não seguida tão de perto pelos bens não duráveis (-1,0%) e duráveis (-0,4%).

Além da variação dos semiduráveis haver puxado o Icec para baixo, desses três componentes, o indicador que se refere aos produtos classificados como semiduráveis encontrou-se no menor patamar (95,4 pontos), além de haver acarretado a maior redução (-3,5%).

Tal situação deveu-se, principalmente, à natureza dos produtos dessa categoria, cuja característica se deve ao consumo de periodicidade moderada, tendo como exemplos os artigos de vestuário, bolsas e calçados, segmentos comerciais bastante afetados pela pandemia.

Dos integrantes do Icec, o Icaec incorporou a maior variação negativa (-4,1%). Os respondentes da pesquisa da CNC informaram que as condições da conjuntura econômica vêm interferindo com maior efeito sobre o desempenho da organização.

No curso de 2021, o indicador tem apontado o atual estágio da economia como sendo relativamente difícil para a gestão empresarial.

Na comparação anual, o subcomponente a respeito da economia se apresentou no mais baixo padrão do Icec. Nessa base, o subíndice passou para 62,9 pontos, quando, em março de 2020 (109,6 pontos), refletiu ainda confiança dentro da zona de otimismo, embora a pandemia já produzisse efeitos contrários para as empresas.

Por que o endividamento está maior no País?

O percentual de famílias com dívidas no País cresceu pelo quarto mês em março, fazendo o endividamento encerrar o trimestre em alta. A proporção de famílias com dívidas dentre o grupo de renda mais elevada alcançou o recorde histórico de 11 anos. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) mostra que a inadimplência se reduziu pela sétima vez consecutiva, notadamente entre as famílias com menores rendimentos mensais. Mesmo sem o benefício emergencial e com pressões inflacionárias, esses consumidores conseguiram minimamente organizar os orçamentos domésticos e estão quitando os compromissos financeiros.

As medidas tomadas para superar a pandemia no ano passado evitaram a recessão prolongada e estimularam o endividamento das famílias e empresas. As taxas de juros baixas e o alongamento das prestações ajudaram bastante a contenção da inadimplência. Agora, essas medidas estão sendo repetidas, porém com valores menos expressivos.

O quadro de maior endividamento com controle da inadimplência, em especial entre as famílias de menor renda, em parte reflete o sucesso das medidas de combate à pandemia no ano passado. No pior momento da crise de saúde, temos, hoje, a segunda maior proporção de endividados no Brasil em 11 anos, porém com redução dos indicadores de inadimplência (famílias com contas em atraso e as que afirmam que não terão condições de pagar, e que permanecerão inadimplentes). As estatísticas monetárias e de crédito do Banco Central do Brasil (BCB) mostram trajetória semelhante da inadimplência, em queda desde outubro do ano passado.

A redução dos estímulos monetários nesse primeiro trimestre do ano tem se traduzido em menores volumes de concessões de crédito às pessoas físicas desde janeiro; mesmo assim, é crescente o número de famílias que têm buscado o crédito como saída para o consumo e a recomposição da renda.

Mesmo com os dados positivos de criação de vagas no mercado de trabalho formal nos últimos meses,

há um contingente elevado de desempregados no País. Com o agravamento da pandemia e as novas necessidades de enrijecer o isolamento social com fechamento dos estabelecimentos, os serviços seguirão enfrentando dificuldades na atividade e na contratação de funcionários.

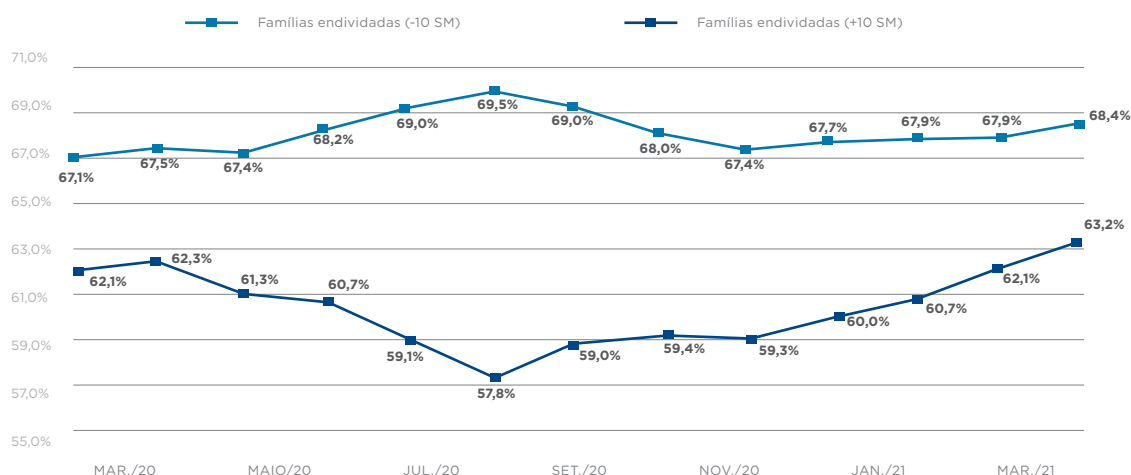
Esse contexto emperra uma maior demanda por trabalho no setor, que é o mais intensivo em mão de obra. Com isso, mais pessoas permanecem na informalidade e podem enxergar no crédito ou no microcrédito uma alternativa para iniciar um pequeno negócio e empreender, auferindo alguma renda para a família.

Por um lado, as famílias que se declaram muito endividadas compõem o menor percentual desde setembro de 2019 (13,8%). Por outro, a proporção de famílias endividadas no cartão de crédito é a segunda maior da série histórica (80,3% do total de famílias com dívidas). Isso indica que cada vez mais as pessoas estão usando o cartão de crédito para o consumo de itens do dia a dia, bens com perfil de consumo imediato ou de curto prazo.

O cheque especial também está dentre as modalidades que cresceram nesse primeiro trimestre do ano dentre a composição do endividamento, o que corrobora a maior necessidade de recursos extras para os gastos do dia a dia. Enquanto isso, os tipos de dívida associados ao longo prazo, como financiamento de casa e carro, perderam espaço recentemente na composição do endividamento, tenha sido entre as famílias mais ricas (mais de dez salários mínimos de renda mensal), ou entre as mais pobres (até dez salários mínimos de rendimento).

Nesse aspecto do nível de renda, as famílias de maior renda estão redirecionando os recursos poupados durante a pandemia (poupança circunstancial e precaucional) ao consumo. O endividamento desse grupo alcançou o recorde histórico em março, com 63,2% de endividados nessa faixa de renda. O que se nota é o crescimento contínuo e mais intenso do endividamento para esse grupo desde novembro do ano passado.

ENDIVIDAMENTO POR FAIXA DE RENDA



Vale destacar ainda que o uso do cartão de crédito por essas famílias de maior renda também alcançou a maior proporção em março (81,3% das famílias), superando o percentual de famílias endividadas no cartão entre o grupo de menor renda (80,1%). Desde fevereiro, a proporção das famílias mais ricas endividadas no cartão é maior do que a proporção das famílias de menor renda com dívidas na modalidade, algo que não ocorria desde 2011.

A fragilidade no mercado de trabalho, a inflação mais elevada e o fim do auxílio emergencial a partir de janeiro levaram as famílias de menor renda a adotarem maior rigor na organização dos orçamentos domésticos. A despeito da proporção de endividados nesse grupo ter crescido no primeiro trimestre de 2021 (0,5 p.p.), o aumento em pontos percentuais (p.p.) foi menor do que no primeiro trimestre de 2020 (0,7 p.p.).

Já no grupo de famílias de renda maior, há uma predominância de empregadores, que, portanto, dependem menos da capacidade de geração de vagas no mercado formal.

Na inadimplência por faixa de renda, tanto o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso quanto o número de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas atrasadas diminuíram para as famílias com menor renda, mas aumentaram na faixa de maior renda.

Esse incremento acompanha a alta da proporção de endividados nessa faixa de maior renda, mas, por terem menor peso na Peic, não foi suficiente para reverter a tendência de queda ainda observada na inadimplência em geral.

No entanto, com o aumento dos juros e o fim da carência praticada em diferentes linhas de crédito, provavelmente teremos piora global dos indicadores de inadimplência nos próximos meses.

A atividade econômica deve ter desempenho negativo no primeiro trimestre do ano, com o agravamento da pandemia e os atrasos no calendário de vacinação, que aumentaram as incertezas e influenciaram as decisões de consumo e investimentos, além das expectativas para o curto prazo. Apesar de contracionista, tivemos dois meses iniciais com criação de emprego formal, como mostraram os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), e a arrecadação aumentou. Mas, com a sucessão de lockdowns, os dados devem piorar em março até a vacinação melhorar o ambiente.

As mesmas medidas de suporte adotadas no passado devem apoiar as famílias nos próximos meses: a nova rodada do auxílio emergencial, a antecipação do 13º salário e o abono dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o prolongamento do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm). O senso de urgência é grande para evitar maiores estragos na vida das pessoas, nas rotinas das empresas e na economia real.

A mudança de trajetória da política monetária deve, entretanto, influenciar negativamente a inadimplência, na medida em que desestimula, por exemplo, a repactuação de dívidas. Essa modalidade adotada pelos bancos e financeiras foi tão importante durante a pandemia na contenção da incapacidade de as pessoas pagarem os compromissos financeiros.

Neste momento, embora o crédito possa funcionar como ferramenta de recomposição da renda na conjuntura ainda desfavorável, o aumento dos juros deverá fazer com que as famílias adotem mais rigor em relação aos seus gastos e contratação de dívidas.

Oportunidades da crise

Com a pandemia da Covid-19, precisou-se instaurar o isolamento social e o fechamento dos estabelecimentos não essenciais, gerando um grande impacto negativo em toda a economia, assim como no comércio e nos serviços. Como forma de compensar essa perda na receita, os empresários começaram a investir mais nas transações on-line, com alguns setores sobressaindo-se no e-commerce.

Segundo o último relatório Webshoppers, da Ebit/Nielsen e do Bexs Banco, as vendas on-line cresceram 41% em 2020, variação bem acima dos 16% observados em 2019. Em termos reais, as vendas do ano passado geraram R\$ 87,4 bilhões, contra R\$ 61,9 bilhões do ano anterior. O número de pedidos também avançou, foram 194 milhões de compras, um nível 30% maior do que em 2019. O valor médio dessas compras aumentou de R\$ 417 para R\$ 452.

As datas comemorativas representaram grande parte do faturamento, gerando R\$ 30,1 bilhões, valor 33% superior ao de 2019. O Dia dos Namorados correspondeu ao maior incremento no faturamento (91%), enquanto o Dia das Mães foi a data sazonal com maior entrada de novos consumidores, sendo que o número de pedidos dessa data aumentou 64%.

Em 2020, houve um aumento de 29% no número de consumidores, alcançando o total de 79,9 milhões de pessoas utilizando o comércio on-line. Dentre esses, 13,2 milhões foram novos entrantes, 23% a

mais do que em 2019. A importância desses novos consumidores é que podem se tornar compradores recorrentes. Segundo o estudo, 83% desses novos consumidores declararam que iriam utilizar o e-commerce novamente.

Ao observar os valores por segmento, a atividade de pet shop foi a que obteve maior avanço, tanto no número de pedidos (143%) quanto no faturamento (108%). Já o setor automotivo obteve a maior queda em ambos os quesitos, 46% e 37%, respectivamente. Contudo, o faturamento ficou principalmente concentrado nas lojas de departamentos, que representou 84,3% do total.

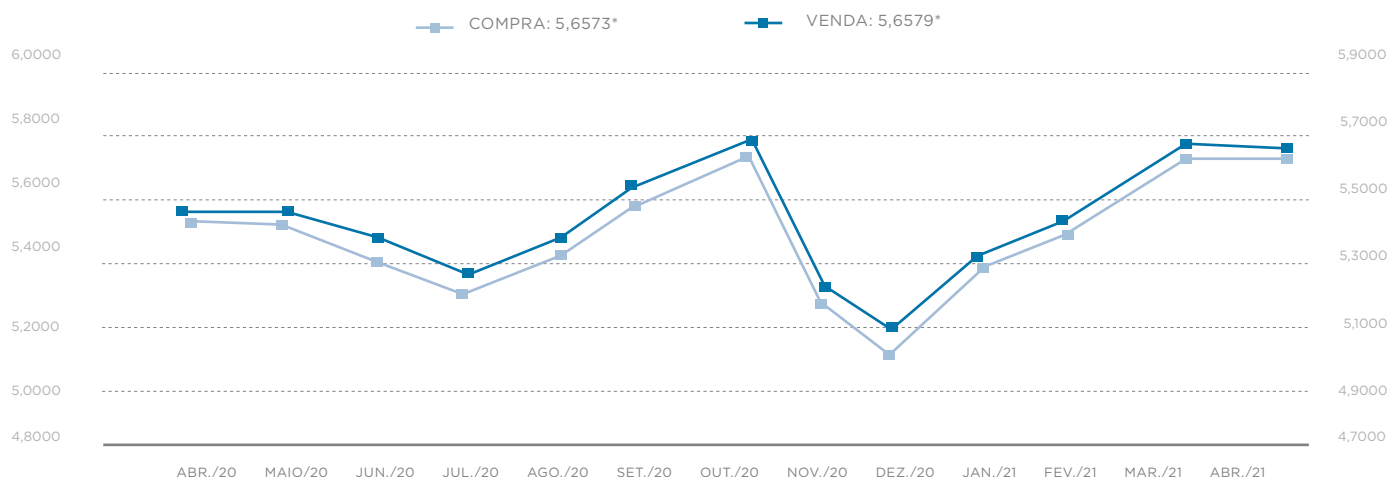
Outro destaque da pesquisa é que o frete grátis, oferecido em 43% das compras, foi um grande incentivador para os resultados positivos de 2020. Além disso, quanto maior o frete, maior a probabilidade de o consumidor reclamar da compra. Portanto, os comerciantes devem ficar atentos ao valor cobrado pelo transporte.

O faturamento do m-commerce, compras por meio de smartphones, apresentou um crescimento ainda maior, de 78% em relação a 2019, alcançando a marca de R\$ 45,9 bilhões e representando 55,1% do total. Por esse dispositivo, foram realizados 106,6 mil pedidos, o que correspondeu a um aumento anual de 56%. O ticket médio foi de R\$ 431, bem próximo do e-commerce.

INDICADORES ECONÔMICOS

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO DE 2021	FEVEREIRO DE 2021	MARÇO DE 2021	VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)	
				ACUMULADO NO ANO	ÚLTIMOS 12 MESES
IPCA (%) (IBGE)	0,25	0,86	-	1,11	5,20
INPC (%) (IBGE)	0,27	0,82	-	1,09	6,22
IGP (M) (%) (FGV)	2,58	2,53	2,94	8,26	31,10
IGP (DI) (%) (FGV)	2,91	2,71	-	5,69	29,95
IPC Fipe	0,86	0,23	0,71	1,81	6,99

CÂMBIO COMERCIAL (PTAX)



* Em 5 de abril de 2021

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL - PRODUÇÃO FÍSICA

Fevereiro de 2021

Atividades Industriais (%)	Mês*	Mês**	Ano	12 m
1. Indústria geral	-0,7	0,4	1,3	-4,2
2. Indústrias extrativas	-4,7	-6,7	-3,0	-2,5
3. Indústrias de transformação	-0,2	1,2	1,9	-4,4
1. Bens de capital	-1,5	16,1	16,6	-7,3
2. Bens intermediários	0,6	0,5	1,7	-0,9
3. Bens de consumo	-1,1	-3,2	-2,3	-9,0
3.1. Bens de consumo duráveis	-4,6	-8,4	-6,3	-20,1
3.2. Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,3	-1,6	-1,1	-5,9

* Mês anterior, com ajuste sazonal

** Mesmo mês do ano anterior

Fonte: IBGE

CALENDÁRIO DE INDICADORES ECONÔMICOS

Abril de 2021

Dia	Indicador/Pesquisa	Fonte
13	PMC	IBGE
15	PMS	IBGE
15	IGP-10	FGV
16	IPC-S	FGV

SUMÁRIO ECONÔMICO

Ano XXXIX, nº 1.662, Abril, 2021

Área responsável: Divisão Econômica

Editor responsável: Carlos Thadeu de Freitas Gomes

Redação técnica: Divisão Econômica - de@cnc.org.br

Projeto gráfico: Gecom

Diagramação: Gecom

Revisão: Alessandra Volkert